

1 NÍVEL DE ATIVIDADE

Em 2002, a despeito da forte instabilidade que caracterizou a economia, o PIB registrou crescimento de 1,5%, repetindo o desempenho de 2001 — ano também de grande instabilidade. Pelo lado da demanda, a incerteza do período pré-eleitoral, a volatilidade no mercado financeiro e de divisas e a aceleração inflacionária influenciaram o comportamento dos agentes econômicos, em direções às vezes opostas. O consumo das famílias caiu 0,7% no ano, refletindo a redução da renda real do trabalho, os aumentos de preços administrados e de alimentos e, mais para o final do ano, a elevação da taxa de juros e a redução da oferta de crédito em nível de consumidores. Mesmo assim, as vendas de bens duráveis cresceram, e a produção do setor esteve entre as que mais se expandiram no ano. Na demanda por precaução por ativos, até a construção civil ensaiou uma recuperação no quarto trimestre do ano passado, embora tenha fechado o ano com queda de 2,5%. A formação bruta de capital fixo declinou 4,1%, sob o impacto da queda de 7,1% do consumo aparente de bens de capital, em parte explicada pelas seqüelas do plano de racionamento de energia do ano anterior, que elevou artificialmente a base de comparação.

A expansão das exportações líquidas foi o motor do crescimento da economia em 2002. Apesar de sua baixa participação no PIB, contribuiu com 2,7 pontos percentuais (p.p.) para o crescimento agregado, o que significa que consumo e investimento em conjunto contribuíram negativamente com 1,2 p. p. Em 2002, as exportações de bens e serviços, em volume, cresceram 7,8%, mesmo num contexto internacional desfavorável, e as importações caíram 12,8%, em parte pelo movimento cíclico de redução da demanda, em

TABELA 1.1

Produto Interno Bruto

Taxa acumulada ao longo do ano [em %]

	Observado				Previsto			
	Mar/02	Jun/02	Set/02	Dez/02	Mar/03	Jun/03	Set/03	Dez/03
Taxa Acumulada ao Longo do Ano (%)								
PIB pm	-0,8	0,1	0,9	1,5	2,3	1,8	1,7	1,8
Impostos s/ Produtos	-6,2	-3,6	-2,0	-1,0	2,7	2,4	2,6	2,9
Agropecuário	5,5	6,1	6,5	5,8	6,1	4,6	2,8	3,3
Indústria	-4,0	-1,9	-0,2	1,5	2,8	2,5	2,4	2,3
Serviços	1,4	1,2	1,4	1,5	1,5	1,0	1,0	1,1
Trimestre/Mesmo Trimestre do Ano Anterior (%)								
PIB pm	-0,8	1,0	2,5	3,4	2,3	1,3	1,4	2,0
Impostos s/ Produtos	-6,2	-1,0	0,9	2,3	2,7	2,0	3,0	3,9
Agropecuário	5,5	6,6	7,2	3,4	6,1	3,3	-1,0	5,3
Indústria	-4,0	0,2	3,0	6,9	2,8	2,3	2,0	2,0
Serviços	1,4	1,0	1,9	1,7	1,5	0,5	1,0	1,2

Fonte: IBGE. Previsão: IPEA/DIMAC.

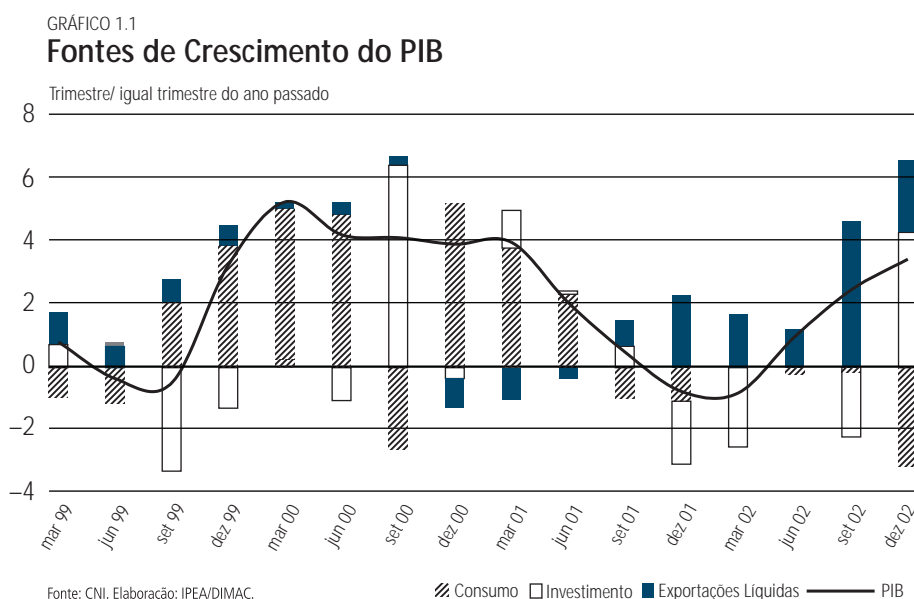
parte pela substituição de importações. Em termos setoriais, a agropecuária, os setores a ela ligados e aqueles mais orientados para as exportações ou beneficiados pela substituição de importações garantiram a expansão da atividade econômica.

Para 2003, espera-se que alguns dos fatores que estimularam o crescimento no ano passado se mantenham, embora as políticas macroeconômicas restritivas visando à redução da inflação possam influenciar, negativamente, a atividade econômica durante o primeiro semestre. Pelo lado da oferta, a agropecuária deverá manter seu dinamismo, estimulando a produção em setores encadeados para frente e para trás. Na indústria, os segmentos mais voltados para as exportações continuarão a crescer, ainda que a taxas mais baixas que em 2002. Pelo lado da demanda, as exportações líquidas ainda devem contribuir positivamente para o crescimento agregado, porém com menos intensidade que no ano passado, devido à expectativa de menor depreciação do câmbio em termos reais e ao crescimento ainda baixo do comércio mundial. O otimismo moderado dos agentes econômicos, conforme sinalizado pelas sondagens mais recentes entre empresas, a necessidade de expansão da capacidade produtiva nos setores exportadores e a expectativa de uma reversão moderada da construção civil levariam a uma retomada gradual dos investimentos. O consumo deve se recuperar parcialmente, embora ainda permaneça limitado pelas pressões inflacionárias, que freiam a expansão da renda real, e pela continuidade de políticas monetária e fiscal ainda restritivas.

PIB

O PIB cresceu 1,5% em 2002. O crescimento, medido pelas variações dessazonalizadas contra o trimestre anterior, foi relativamente elevado (taxa média anualizada de 3,4% a.a.) e uniforme ao longo do ano, refletindo a recuperação firme da atividade econômica depois do plano de racionamento de energia de 2001. O crescimento no último trimestre do ano foi de 3,4% ante igual período do ano anterior.

Pela ótica da *oferta*, a agropecuária apresentou a maior taxa de crescimento: 5,8%. Os benefícios se estenderam aos setores encadeados para frente e para trás — desde as indústrias processadoras de alimentos até as indústrias fornecedoras de insumos, como fertilizantes e embalagens, e de máquinas e equipamentos. O impacto do setor externo também foi



significativo, com fortes aumentos no volume de exportação de óleo de soja (22,3%), carne suína (99,5%), álcool (116,2%), suco de laranja não fermentado (45,2%) e carne de frango e peru em pedaços (28%).

A indústria teve crescimento de 1,5%, superior ao esperado em meados do ano mas com comportamento intersetorial muito diferenciado. Enquanto a indústria extrativa mineral crescia 10,4% devido à forte elevação na produção de petróleo, a indústria de transformação registrou expansão de 1,9% — ver a subseção *Indústria*. Do lado negativo, a construção civil (variação de -2,5%) foi afetada pelo clima de instabilidade e pelos juros altos, que coibiram planos de investimentos de mais longo prazo embora tenham estimulado alguma demanda por imóveis como proteção diante das incertezas de curto prazo (ver a subseção *Investimento*). Os Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup) cresceram modestos 1,5% — desempenho aquém do esperado após a superação do racionamento de energia elétrica de 2001, quando a atividade registrou queda de 5,6%. O grande entrave na recuperação do setor vem sendo o consumo residencial, que se encontra bem abaixo daquele observado antes do racionamento, inclusive pelo efeito da forte elevação de tarifas em termos reais ocorrida no período.

O balanço positivo dos serviços (crescimento de 1,5%) foi influenciado pela expansão da administração pública (1,3%) e dos aluguéis (1,7%), que representam ao redor de 50% do setor mas que, por questões metodológicas, têm um comportamento bastante suave e, de certa forma, independente do nível corrente da atividade econômica. Os demais setores apresentaram resultados modestos. O moderado crescimento do comércio (0,2%) reflete a menor atividade no varejo e a redução de 12,8% das importações, tendo influenciado ainda o desempenho dos transportes, que apresentou retração de -0,9%. O crescimento de 7,4% do setor de comunicações ficou abaixo da média de 12,5% a.a. dos três últimos anos.

Os impostos sobre produtos caíram 1% e também influenciaram negativamente o PIB medido a preços de mercado. Com peso de 12,7% no PIB, os impostos sobre produtos acompanham a variação, em volume, das principais atividades geradoras do ICMS e IPI, como comunicações Siup e minerais não-metálicos que representaram 20% do total arrecadado. Estas atividades cresceram abaixo de sua tendência ou até mesmo tiveram desempenho negativo.

Pela ótica da *demand*a, as exportações líquidas e o consumo do governo contribuíram para o crescimento em 2002, enquanto o consumo privado e o investimento registraram quedas e puxaram o PIB para baixo. O consumo do governo aumentou cerca de 1%, variação semelhante à observada em 2001 e menos da metade da taxa média de 2,3% a.a. entre 1997-1999. As exportações acumularam crescimento de 7,8%, enquanto as importações diminuíram 12,8%, levando as exportações líquidas a constituírem-se na principal fonte de crescimento da economia no ano passado, como mostra o gráfico a seguir. Estima-se que em 2002 as exportações líquidas tenham respondido por 2,7 p.p. de crescimento do PIB. No quarto trimestre de 2002, o PIB registrou crescimento de 3,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Vale notar que além da contribuição das exportações líquidas na expansão da atividade econômica no trimestre, a recuperação do investimento foi significativa, crescendo 4,2%.

A desvalorização cambial foi fundamental para o aumento das exportações líquidas, seja pelo impulso às exportações, seja pelo estímulo à substituição de importações. No entanto, a queda das importações reflete, em parte, a queda transitória da demanda, em especial no segmento eletroeletrônico — até mesmo pela desaceleração dos investimentos em energia elétrica e telecomunicações. A sondagem da indústria da FGV de janeiro, por

exemplo, já mostra uma disposição maior de aumentar importações por parte das empresas, e a expectativa é de que em 2003 as importações cresçam cerca de 5%.

O consumo das famílias (-0,7%) e o investimento (-4,1%) foram os principais fatores de contração do PIB. Tanto a construção civil (-2,5%) quanto o consumo aparente de máquinas (-7,1%) refletiram a interrupção ou adiamento dos planos de investimento das empresas e as restrições de crédito decorrentes da política monetária relativamente apertada em 2002.

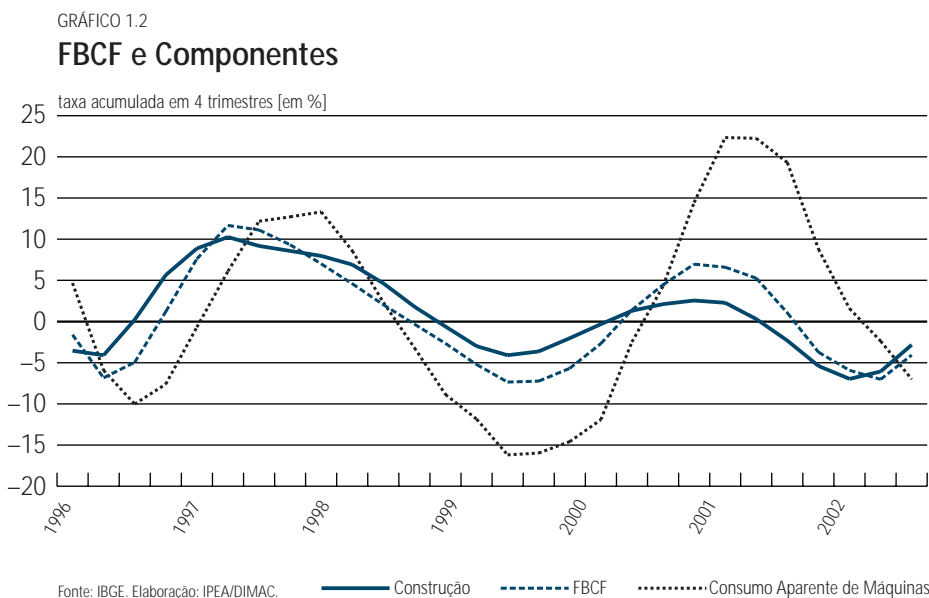


TABELA 1.2
Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e Componentes^a
[trim / igual trim ano anterior (%)]

	FBCF	Construção	Máquinas e Equipamentos			
			Exportações	Importações	Produção	Consumo Aparente
Jun./98	1,7	4,6	26,7	-8,7	6,4	-1,9
Set./98	-1,3	0,4	-6,9	-10,1	-3,3	-5,7
Dez./98	-4,3	-2,8	-6,1	-9,5	-14,0	-13,2
Mar./99	-6,9	-4,9	-6,8	-18,4	-11,8	-15,0
Jun./99	-8,5	-5,4	2,1	-4,8	-15,5	-14,3
Set./99	-9,6	-4,2	14,0	-28,1	-12,6	-22,4
Dez./99	-3,7	-1,2	14,0	-28,2	6,3	-11,8
Mar./00	-0,1	2,1	55,6	-10,6	6,4	-8,2
Jun./00	3,5	1,5	34,0	-9,6	10,4	-2,8
Set./00	6,1	2,1	42,4	18,8	20,3	14,7
Dez./00	8,3	2,1	21,1	14,8	14,7	13,6
Mar./01	10,3	3,8	-3,8	43,6	20,9	35,0
Jun./01	2,2	0,3	-12,0	26,1	17,4	27,4
Set./01	1,0	-5,4	-18,9	3,1	12,3	15,3
Dez./01	-8,2	-8,4	-18,7	0,2	1,7	4,0
Mar./02	-9,7	-8,4	-7,7	-19,1	-1,9	-8,0
Jun./02	-6,8	-5,6	-22,9	-18,9	-0,4	-3,6
Set./02	-3,5	-1,2	-10,1	1,4	-4,7	-1,6
Dez./02	4,2	5,7	19,4	-34,9	3,6	-15,4

Fontes: IBGE e Funcex. Elaboração: IPEA.
^a Decomposição da FBCF do IPEA.

INVESTIMENTO

A desaceleração do investimento começa, na verdade, no primeiro trimestre de 2001, refletindo a deterioração das expectativas diante do racionamento de energia e, num segundo momento, pela crise da Argentina e pela incerteza do período eleitoral. No final de 2002, observa-se uma ligeira reversão desta trajetória — isto é, uma redução do ritmo de queda —, sustentada numa tênue recuperação da construção civil, especialmente no mercado destinado à classe de renda mais alta. Segundo o Secovi-SP, apesar da redução de 12% nos lançamentos residenciais em 2002, o volume de negócios em reais cresceu 40%, em razão do crescimento de imóveis de alto padrão. A produção de insumos para a construção civil melhorou no final do ano passado, mas o movimento foi insuficiente para superar a grande defasagem acumulada desde o racionamento.

A retração da demanda de máquinas e equipamentos atingiu sobretudo as importações, cujo volume declinou 18%. Queda menos dramática ocorreu com as exportações de bens de capital, que recuaram 5% em meio a uma economia internacional instável e com o investimento em declínio globalmente — fruto dos excessos da “economia da bolha”. No mercado interno, a queda na produção de bens de capital (1,1%) deve ser relativizada em função da alta base de comparação, já que em 2001 este segmento registrou um crescimento recorde de 12,7%. Mesmo com queda na produção no ano passado, de alguns segmentos a demanda por bens de capital foi forte, especialmente daqueles destinados à agricultura e transportes e os não-seriados.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Vários indicadores revelam desaceleração da atividade industrial no final do ano. Na série dessazonalizada, o IBGE constatou, em dezembro, uma queda da produção física da indústria de 1,8%, o primeiro recuo desde maio de 2002. Para a CNI, as vendas reais caíram 7,3% no último bimestre do ano. As duas pesquisas mostram expansão da atividade industrial ao longo do segundo semestre, mas com desaceleração na base dessazonalizada desde outubro.

Segundo o IBGE, em dezembro, na série com ajuste sazonal, todas as categorias recuaram, sendo a maior queda na indústria de bens de capital (-8,5%). A extrativa mineral também foi muito afetada (-7,0%), mas a queda é explicada pela paralisação da produção para efetuar manutenção das plantas e dos poços petrolíferos. Em janeiro, a produção nacional de petróleo teria voltado a bater recordes.

TABELA 1.3

Produção Industrial — 2002 e 2003

trim./igual trim. ano anterior (%)

Classes e Categorias	Observado		Previsto				
	dez./02	2002	mar./03	jun./03	set./03	dez./03	2003
Indústria Geral	6,4	2,4	3,5	2,7	2,3	1,8	2,6
Extrativa Mineral	6,9	10,7	9,5	7,9	8,7	5,4	7,9
Transformação	6,3	1,4	2,7	2,1	1,5	1,3	1,9
Categorias de Uso							
Bens de Capital	2,8	-1,1	1,1	0,4	4,1	2,6	2,1
Bens Intermediários	8,1	3,1	2,4	3,2	2,6	3,4	2,9
Bens de Consumo	2,4	0,7	1,4	1,0	2,8	2,2	1,8
Duráveis	11,9	2,8	3,1	1,4	3,9	3,7	3,0
Semiduráveis e Não-Duráveis	0,0	0,2	0,9	0,9	2,5	1,8	1,5

Fonte: IBGE/PIM-PF. Previsão: IPEA/DIMAC.

TABELA 1.4

Indicadores de Produção Industrial

[variação percentual]

Período		Indústria Geral		Indústria de Transformação		Vendas Reais (CNI)	
		Base Fixa	Base Fixa	Base Fixa	Base Fixa	Base Fixa	Base Fixa
		Original Mês/ Mês Ano Ant.	Dessaz. Mês/ Mês Anterior	Original Mês/ Mês Anterior	Dessaz. Mês/ Mês Anterior	Original Mês/ Mês Anterior	Dessaz. Mês/ Mês Anterior
2000	Janeiro	4,90	-0,80	5,20	-1,29	6,16	-1,10
	Fevereiro	15,94	2,65	16,84	2,99	18,52	3,36
	Março	3,99	-4,05	3,41	-4,53	4,84	-6,64
	Abril	3,45	2,94	2,96	3,51	8,39	5,41
	Maio	6,44	-1,01	6,17	-0,32	17,36	0,46
	Junho	7,46	2,32	6,84	2,05	9,52	0,41
	Julho	7,03	0,92	6,72	1,20	11,83	2,98
	Agosto	8,02	-0,57	7,78	-0,64	10,71	-0,60
	Setembro	3,56	-0,12	2,24	-0,62	8,20	0,46
	Outubro	7,28	2,15	6,17	1,70	12,17	1,84
	Novembro	5,28	-0,48	3,94	-0,55	10,97	2,93
	Dezembro	7,66	5,33	6,31	5,96	11,65	5,45
2001	Janeiro	12,13	-2,37	12,03	-2,40	17,42	-3,31
	Fevereiro	2,08	-0,05	0,90	-0,38	6,35	2,33
	Março	8,38	0,03	8,68	0,65	17,99	1,46
	Abril	6,21	-1,68	6,06	-2,06	17,63	1,03
	Maio	4,84	-0,48	4,93	-0,08	18,03	2,15
	Junho	-0,91	-1,32	-1,61	-2,05	15,42	-0,11
	Julho	1,54	-0,29	0,91	-0,47	17,32	-0,88
	Agosto	-0,04	0,32	-0,54	0,46	11,63	-2,25
	Setembro	-1,42	-0,37	-1,50	-0,40	10,06	0,18
	Outubro	-3,01	-2,38	-2,21	-1,71	10,76	-0,61
	Novembro	-1,68	1,82	-1,59	1,06	4,44	-0,91
	Dezembro	-6,44	1,49	-7,19	0,54	-3,56	-0,52
2002	Janeiro	-1,18	1,12	-2,27	1,60	1,91	0,23
	Fevereiro	-1,25	0,16	-2,05	0,05	0,17	0,51
	Março	-3,63	-0,85	-5,55	-1,56	-5,56	0,21
	Abril	6,16	5,42	5,27	6,40	4,84	1,01
	Maio	-0,93	-5,21	-3,04	-6,18	-7,31	-3,73
	Junho	0,70	1,06	-0,77	1,17	-3,95	4,29
	Julho	3,21	0,13	2,38	0,42	1,88	1,89
	Agosto	0,84	0,45	-0,68	0,22	2,32	2,25
	Setembro	5,41	1,10	4,71	1,63	7,72	1,61
	Outubro	8,83	1,68	7,42	1,92	11,47	3,93
	Novembro	4,63	0,33	4,65	0,80	3,43	-6,17
	Dezembro	5,53	-1,81	6,95	-1,42	7,28	-1,16

Fontes: IBGE e CNI. Elaboração: IPEA/DIMAC.

Mesmo com essa queda, a produção industrial do segundo semestre de 2002 ainda foi 1,6% superior à do semestre anterior. A recuperação foi mais vigorosa nos segmentos metalúrgica (7,3%), mecânica (9,8%), material de transporte (6,6%), e perfumaria, sabões e velas (9,4%).

Em 2002, a produção industrial foi 2,4%, superior à do ano anterior. O crescimento esteve associado ao bom desempenho da extrativa mineral e dos setores ligados à agroindústria e exportações. A extrativa mineral cresceu 10,7%, impulsionada pelo aumento da extração de petróleo e gás natural (12,4%). A expansão da produção agroindustrial (7,9%) está relacionada ao bom desempenho da agricultura e do setor externo. O maior aporte veio dos

produtos industriais derivados da agricultura como cana-de-açúcar (7,6%), soja (8,1%) e laranja (25,4%). Entre os produtos de origem animal destacam-se a produção de bovinos (7%) e de suínos (15,2%). A produção de fertilizantes aumentou 8,6% segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), enquanto a Anfavea reporta um aumento de 17,7% na produção de máquinas e equipamentos agrícolas.

Considerando as categorias de uso, sobressai a expansão da produção de bens intermediários (3,1%). Dentre os bens de consumo, o aumento na produção de duráveis (2,8%) contrasta com o modesto desempenho de semi e não-duráveis (0,2%). Ainda nos duráveis, chama a atenção o aumento da produção de material elétrico e de comunicações (8,2%)¹ enquanto o segmento de bens de capital foi o único a registrar queda em 2002 (-1,1%). Apesar desse resultado, alguns de seus componentes tiveram um desempenho extraordinário, como a produção de equipamentos destinada para agricultura (18,6%), aos transportes (8,1%) e aos bens não-seriados (6,6%).

Os indicadores da CNI, que vinham mostrando recuperação da atividade industrial desde meados do ano, mostraram um recuo no último bimestre. Em dezembro, as vendas reais, na comparação com o mês anterior, recuaram 1,2% na série com ajuste sazonal, depois de ter registrado uma forte queda (-6,7%) em novembro. Também diminuíram as horas trabalhadas (-0,4% em novembro e -0,5% em dezembro) e o nível de utilização da capacidade instalada (-0,8 e -0,4 p.p., respectivamente). Contudo o balanço do ano é positivo. As vendas industriais cresceram 2% em 2002, depois de ter registrado um aumento de 11,8% em 2001. A expansão das vendas reais maior que a produção industrial indicam redução de estoque o que foi corroborado pela sondagem da indústria da FGV.

Em nível regional, a PIM/PF mostra um comportamento diferenciado entre os estados. Rio de Janeiro e Espírito Santo lideram a expansão da indústria graças à extrativa, embora também se observe crescimento na indústria de transformação. Os piores resultados localizaram-se em São Paulo e Santa Catarina. O recuo observado na indústria de São Paulo se localiza principalmente no setor material elétrico e de comunicação. A queda da produção industrial paulista é retratada pelos indicadores da Fiesp, que registrou o menor nível de ocupação neste setor.

COMÉRCIO

Segundo a pesquisa do IBGE do comércio varejista, o volume de vendas teve uma queda de 0,7% em 2002. Segundo grupos de produtos, chama a atenção a excelente *performance* do comércio de combustíveis e lubrificantes (5,2%), em contraste com a queda das vendas de produtos alimentícios, bebidas e fumo (-1,1%).²

O índice de vendas físicas da Fecomércio também revela pouco dinamismo no comércio varejista em São Paulo no ano passado. As vendas físicas mantiveram-se estáveis (-0,02%),

1. Por gênero, o pior desempenho da indústria foi precisamente o da produção de material elétrico e de comunicação (11,8%). Aparentemente, o resultado negativo se localiza entre os itens considerados como bens intermediários ou bens de capital, confirmando a percepção de que a desaceleração dos investimentos em telecomunicações e energia elétrica é fator importante para explicar a queda na demanda de bens de capital, tanto domésticos quanto importados.

2. Tanto a Abia quanto o IBGE reportaram aumentos na indústria de alimentos em 2002. No entanto, as vendas de supermercado de Abras, disponíveis até outubro, revelam estabilidade (0,1%) quando comparado com igual período do ano anterior.

TABELA 1.5

Comércio Varejista em São Paulo: Índice de Vendas Físicas

[variação percentual]

Período	Total	Exclui Veículos	Bens Duráveis		Bens Semi-Duráveis	Bens Não-Duráveis	Materiais de Construção
			Veículos	Outros			
Variação Série Dessazonalizada ^a							
2001							
Janeiro	-2,9	-1,3	-4,5	-6,0	-6,5	1,4	-6,2
Fevereiro	5,2	2,5	12,3	2,9	3,3	1,6	2,2
Março	-6,6	-4,8	-5,3	-2,1	0,1	-5,9	-1,2
Abril	0,9	4,2	-11,3	-3,5	-5,6	10,2	-5,9
Maiο	-7,4	-10,1	6,1	-2,3	9,2	-16,2	-7,7
Junho	0,2	-1,1	3,5	-5,8	-9,6	1,5	-0,9
Julho	-3,2	-0,8	-12,5	2,6	-4,0	0,6	-5,7
Agosto	-0,9	-0,8	-15,0	0,2	-9,0	-2,4	-0,9
Setembro	3,0	2,0	12,3	2,9	-3,4	4,5	-7,2
Outubro	1,0	0,9	8,7	0,4	-3,6	-1,0	3,9
Novembro	1,1	2,3	-6,9	5,4	0,9	2,3	-5,7
Dezembro	-0,6	-2,3	-3,7	-2,4	5,8	-1,1	-8,6
2002							
Janeiro	1,6	4,6	-12,0	5,6	0,0	1,8	8,3
Fevereiro	0,5	-1,6	-4,2	-3,2	-1,4	-1,1	-2,4
Março	1,1	3,2	0,0	0,6	-4,0	10,8	0,8
Abril	-1,8	-0,7	10,2	0,1	-5,1	-7,7	8,4
Maiο	3,7	3,2	-13,9	-1,1	10,4	8,4	-0,8
Junho	-1,1	-2,1	1,9	-2,6	-6,9	-0,8	-2,0
Julho	-6,0	-5,4	0,3	-11,5	8,7	-3,9	2,0
Agosto	11,4	9,6	11,7	5,5	6,6	12,5	3,8
Setembro	-1,6	-0,2	1,3	-1,9	-1,2	1,6	4,9
Outubro	-3,5	-3,7	-3,5	-4,0	-3,1	-3,4	-5,1
Novembro	-2,2	-3,5	-3,0	-5,1	-10,4	-2,5	1,9
Dezembro	-9,7	-9,1	-6,6	-4,2	-15,8	-6,6	-4,6
2003							
Janeiro*	-4,1	-3,3	2,1	-6,0	-25,0	1,7	-13,0

^a Segundo Método X-11.

* Dados preliminares.

ainda que apresentando padrão diferente do IBGE em termos setoriais: o segmento de bens não-duráveis foi o único a apresentar resultados positivos (8,9%), em especial pelo desempenho dos supermercados (9,7%).³

Por outro lado, as informações da Fecomércio mostram, em contraste com a estabilidade nas vendas físicas, crescimento de 5% do faturamento real em 2002.⁴

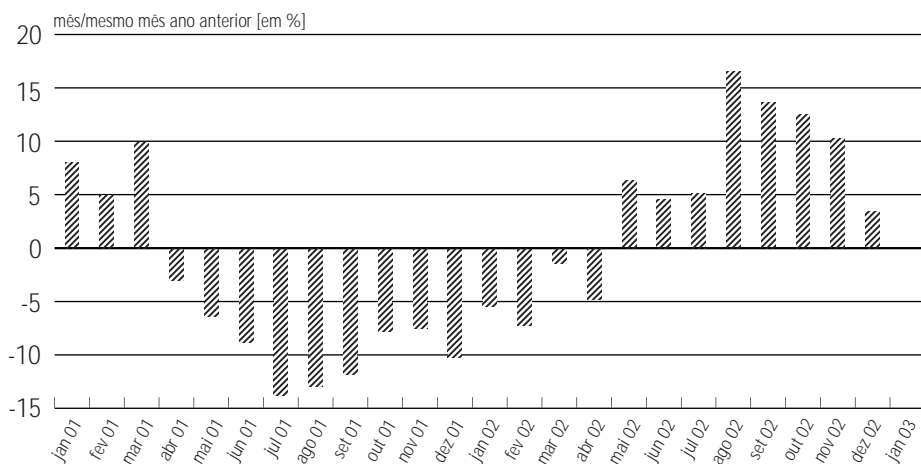
A diferença entre os índices reside no deflator utilizado. Enquanto o faturamento real utiliza o IPCA (Brasil), as vendas físicas são obtidas aplicando-se deflatores específicos por setor, levantados pela própria Fecomércio. Essa discrepância na evolução dos indicadores vem desde agosto de 2002, e provavelmente reflete o maior peso que os *tradeables* têm no

3. No entanto, em relação a São Paulo, o resultado do IBGE não é muito diferente. Segundo a PMC a queda do volume de vendas (-1,5%) deveu-se às retrações de semi-duráveis e duráveis — demais artigos de uso pessoal e doméstico (-4,68%); móveis e eletrodomésticos (-2,10%); tecidos, vestuário e calçados (-0,76%). Houve estabilidade em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,02%) e pequeno acréscimo em combustíveis e lubrificantes (0,36%).

4. A diferença entre os índices reside no deflator utilizado. Enquanto o faturamento real utiliza o IPCA (Brasil), as vendas físicas são obtidas aplicando-se deflatores específicos por setor, levantados pela própria Fecomércio. Essa discrepância na evolução dos indicadores vem desde agosto de 2002, e provavelmente reflete o maior peso que os *tradeables* têm no índice da Fecomércio. O IBGE para obter volume de vendas utiliza índices de preços específicos para cada grupo de atividade, e para cada unidade da federação, construídos a partir dos relativos de preços do IPCA. Na construção dos índices de preços das UF's não cobertas pelo IPCA, são usados os relativos de preços da área geográfica mais apropriada.

GRÁFICO 1.3

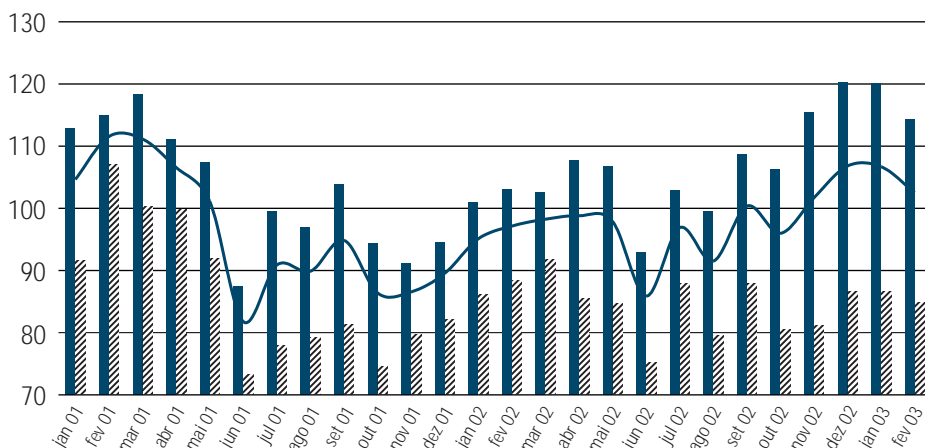
Comércio Varejista em São Paulo



Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA/DIMAC.
Obs: Dado de janeiro refere-se a uma prévia.

GRÁFICO 1.4

Confiança do Consumidor*



Fonte: FCESP. Elaboração: IPEA/DIMAC.
* O 0 indica pessimismo máximo e 200, otimismo máximo.

■ Índice de Intenção Futura ▨ Índice de Intenção Atual
— Índice de Intenção do Consumidor

índice da Fecomércio. O IBGE para obter volume de vendas utiliza índices de preços específicos para cada grupo de atividade e para cada UF, construídos a partir dos relativos de preços do IPCA. Na construção dos índices de preços das UFs não cobertas pelo IPCA, são usados os relativos de preços da área geográfica mais apropriada.

Excluindo as concessionárias — mais duramente afetadas pelo encarecimento e encurtamento do crédito, e que venderam 20,3% a menos, o faturamento real do comércio aumentou 7,1% em 2002. Os bens não-duráveis exibem aumento de 16,1% no faturamento real, ao passo que os semiduráveis e duráveis recuaram 9,7% e 3,6%, respectivamente.

Os dados da ACSP mostram crescimento nas vendas à vista, estabilidade no crediário e melhoria nos níveis de inadimplência. Em 2002, as consultas ao Usecheque aumentaram 8% enquanto as consultas ao SPC caíram 0,3%. Segundo o Banco Central, o volume de crédito em termos reais (estoque total de operações de crédito do sistema financeiro) foi de 24% do PIB em 2002, contra 26,4% em 2001, o menor nível desde 1995.

A inadimplência, por outro lado, ficou 1,1 p.p. abaixo da observada em 2001, mas ainda está 0,6 p.p. acima do nível registrado em 2000. A melhora do índice de inadimplência resultou de um aumento maior do cancelamento de registros (20,1%) em relação aos recebimentos (5,2%). O nível de inadimplência do 2º semestre de 2002 ficou 1 ponto abaixo do observado no mesmo período do ano anterior. Essa mudança de conduta entre os consumidores, de preferirem fazer suas compras à vista assim como cancelar as contas em atraso, foi favorecida pelo aumento dos juros, além da renda extra gerada com a liberalização do FGTS no segundo semestre de 2002.

PERSPECTIVAS PARA 2003

A atividade econômica deve desacelerar em relação ao segundo semestre do ano passado, retomando o ritmo de crescimento ao longo do ano. As incertezas macroeconômicas não permitem relaxar a política monetária, e o combate à inflação certamente exigirá uma contenção da demanda agregada. Há a válvula de escape das exportações e o impulso positivo da substituição de importações, mas o impacto da inflação mais alta sobre os salários deve resultar em baixo crescimento do consumo — mesmo que esse efeito seja parcialmente neutralizado por um aumento das transferências governamentais. Um desfecho favorável para o conflito no Iraque ou a sinalização de avanços concretos nas reformas estruturais poderia ajudar a reverter as expectativas e estimular a demanda, especialmente o investimento que, em alguns setores da indústria e da infra-estrutura, já se mostra mais do que necessário. Essa visão mais otimista da economia tem se revelado tanto entre empresários quanto entre consumidores, ancorando-se, porém, mais na expectativa das condições futuras da economia do que na percepção das condições atuais.

EXPECTATIVAS

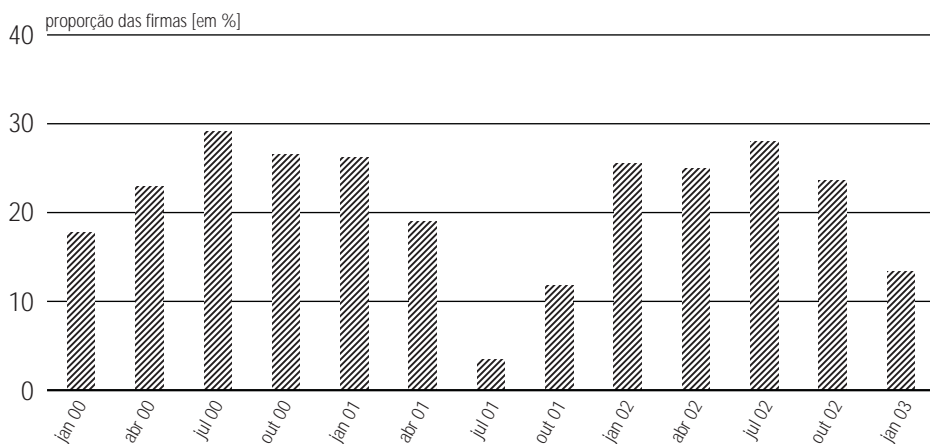
Apesar da desaceleração apontada pelo IBGE e pela CNI na produção industrial no final do ano passado, houve um aumento do nível de confiança na economia entre os empresários.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial da CNI (ICEI) passou de 49,5 pontos em outubro para 58,9 pontos em janeiro. O aumento ocorreu tanto entre as grandes quanto entre as pequenas e médias empresas. Contudo, há diferenças em relação à percepção da economia de acordo com o horizonte temporal: embora tenha havido melhora na percepção dos empresários quanto às condições atuais (de 41 pontos em outubro para 47,5 pontos em janeiro), foi em relação às perspectivas para os próximos seis meses que a mudança foi mais acentuada: de 53,8 em outubro para 64,6 pontos em janeiro.

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da FGV, relativa a janeiro de 2003, mostra um quadro ligeiramente diferente daquele constatado pela CNI: uma percepção mais favorável da situação atual e expectativas mais pessimistas quanto às tendências para o primeiro trimestre do ano. Em termos líquidos, contudo, o saldo das respostas é positivo em 3 p.p., o primeiro resultado favorável após seis trimestres negativos. Apesar das expectativas não muito favoráveis para o primeiro trimestre — as empresas prevêem queda tanto na demanda quanto na produção — espera-se uma melhora nos próximos seis meses. Um indicador positivo é a redução dos estoques indesejados, o que cria espaço para o aumento da produção. O nível de utilização da capacidade apresentou apenas leve aumento na indústria como um todo — de 79,5% em janeiro do ano passado para 80,8% em janeiro deste ano. Contudo, alguns setores vêm trabalhando em patamares bem mais altos, próximos da plena utilização. É o caso principalmente dos setores ligados à produção de bens intermediários, sinalizando possíveis gargalos na produção de outros setores ou pressões de

GRÁFICO 1.5

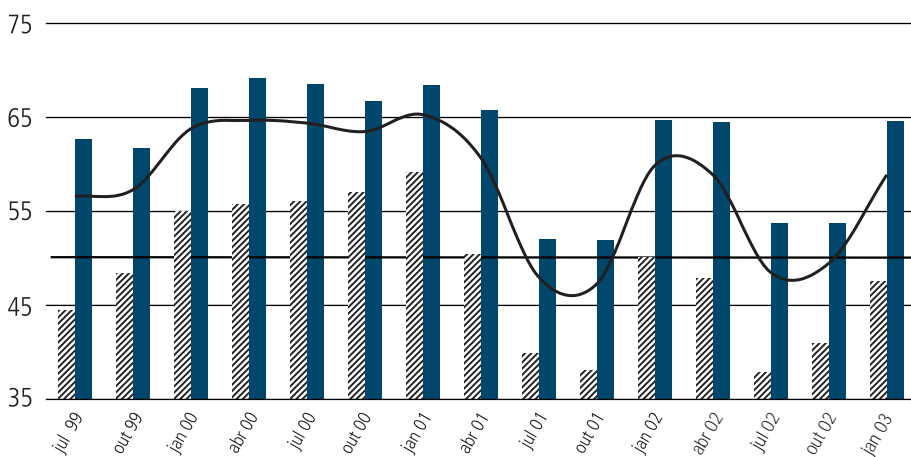
Proporção Líquida das Firms que Esperam Aumento na Produção*



Fonte: FGV. Elaboração: IPEA/DIMAC.
* Dessazonalizado.

GRÁFICO 1.6

Índice de Confiança do Empresário Industrial

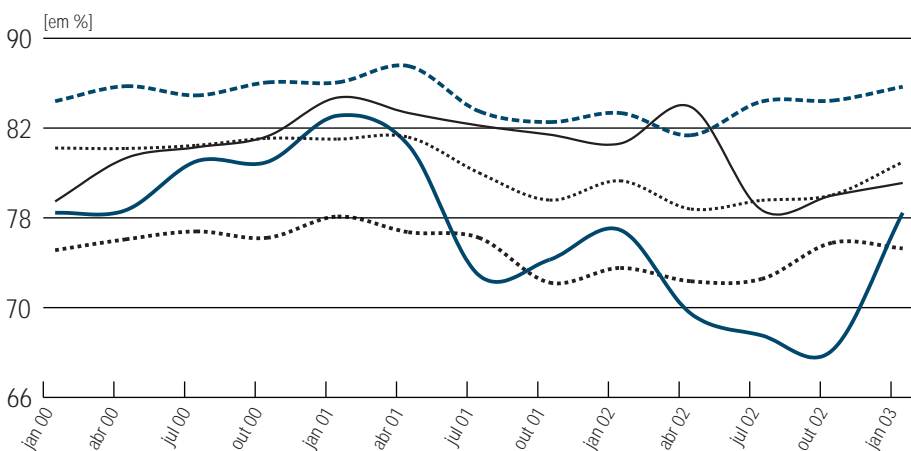


Fonte: CNI. Elaboração: IPEA/DIMAC.

▨ Condições Atuais ■ Expectativas — Índice Geral

GRÁFICO 1.7

Utilização da Capacidade Dessazonalizada



Fonte: FGV. Elaboração: IPEA/DIMAC.

..... Transformação Consumo — Capital
— Construção Civil - - - - - Intermediários

preços. As indústrias metalúrgica e de celulose, papel e papelão operaram, em média, com 84% de sua capacidade nos últimos quatro trimestres.

No bimestre janeiro –fevereiro, o Índice de Intenção do Consumidor foi de 104,1 p.p. indicando mais otimismo por parte dos consumidores. Este resultado representa 8,5 pontos acima do observado em igual período do ano passado. A melhora das expectativas futuras (117,2) explica o aumento da confiança, pois o índice das condições atuais (85,3) denota mais pessimismo no curto prazo.

PIB

As projeções para 2003 apontam para um indicador dessazonalizado do PIB com pequena desaceleração nos primeiros seis meses, aumentando, em média, 1,2% a.a. no segundo semestre. Essa trajetória levaria a um crescimento de 1,8% este ano. Pela ótica da demanda, as exportações líquidas continuariam contribuindo para essa expansão, ainda que menos intensamente que em 2002. Essa menor contribuição relativa seria compensada pela recuperação do investimento e do consumo.

O aumento projetado para a FBCF é de 1,4%, implicando uma taxa de investimento de 18,7% do PIB, 1 p.p. abaixo do nível médio de investimento nos anos 1993-2001.

O prognóstico para construção civil é de aumento de 1,5%, com base em expectativa de aumento dos investimentos imobiliários destinados à classe média,⁵ bem como daqueles voltados para a habitação popular. Contudo, o aumento de juros e as restrições do gasto público ainda impedem uma retomada maior da atividade no curto prazo.

No entanto, o segmento de máquinas e equipamentos vem expandindo suas instalações e as perspectivas são mais alentadoras, segundo pesquisa da Abimaq. Os investimentos realizados em 2002 pela indústria de bens de capital mecânico foram 15% superiores aos previstos, e para este ano, houve um aumento de 13% na intenção de investimento das empresas.

Em termos setoriais, espera-se uma expansão de 3,3% da agropecuária. Melhoras nos preços de comercialização garantiram um aumento da renda agrícola de 5,9% em 2002, segundo estimativas do IPEA e há expectativas de preços futuros favoráveis. Informações sobre intenções de plantio projetam aumento entre 4,8% (IBGE) e 4,3% (Conab) para a área plantada. Para o IBGE, a safra de grãos deve alcançar 107,4 milhões de toneladas, volume 10,6% superior ao de 2002, enquanto a Conab estima uma expansão de 16,3%. A soja continua liderando o processo, impulsionada pelo bom desempenho na comercialização das últimas safras. De lado negativo, temos a queda esperada na produção cafeeira (-37%) devido ao ciclo de baixa bianualidade e abandono e erradicação de plantas. No caso da produção animal, os preços no mercado futuro para 2003 são favoráveis, no entanto, espera-se pressão dos custos em função dos baixos estoques de milho.

O crescimento projetado para a indústria é de 2,3%, com contribuição positiva de todos os seus componentes. A indústria de transformação crescerá de forma moderada no primeiro semestre, acelerando a partir do segundo semestre para fechar o ano com uma expansão de 1,8%.

5. Resolução 3.005/02, do Conselho Monetário Nacional, induz SBPE a injetar R\$ 33 bilhões (que estavam represados desde o Proer por conta do FCVS) em financiamentos habitacionais.

Informações recentes apontariam para uma nova desaceleração da produção industrial de janeiro. Segundo o Indicador IPEA, a indústria geral em janeiro teria crescido 1% em relação a janeiro de 2002, mas caído 0,7% em relação a dezembro. A surpresa está do lado positivo: o INA, da Fiesp, cresceu 4% em janeiro e a produção de petróleo bateu recorde nesse mês — fatores não bem capturados pelo Indicador IPEA. Na comparação com igual mês do ano anterior, o resultado positivo está influenciado pela base deprimida, fato que deve se repetir ao longo do primeiro trimestre: o *carry over* da indústria do quarto trimestre de 2002 é de 1,9%.

O consumo de energia elétrica, principal componente dos Siups, deve crescer cerca de 5%, apenas recuperando o nível de consumo de 2000.

